

# LÍNGUA ÚNICA: O MITO QUE APRESENTA PRECONCEITO LINGUÍSTICO NAS CLASSES SOCIAIS

*Luiza Pontes Silva Almeida e Silva* (UENF)

[contatoluizapontes@gmail.com](mailto:contatoluizapontes@gmail.com)

*Sinthia Moreira Silva Ribeiro* (UENF)

[sinthia\\_moreira@hotmail.com](mailto:sinthia_moreira@hotmail.com)

*Ana Paula Jardim Curty de Souza* (UENF)

[anapaulajardimc@gmail.com](mailto:anapaulajardimc@gmail.com)

*Camila Tavares Barreto* (UENF)

[camilabarreto1012@gmail.com](mailto:camilabarreto1012@gmail.com)

## RESUMO

O português é a língua oficial do Brasil. Em cada região do país essa língua é falada de uma forma, com um vocabulário diferente e com a estrutura sintática de cada região. E muito ainda se ouve falar que o conhecimento está direcionado às pessoas que possuem escolaridade. Este trabalho tem como objetivo discutir o reflexo da ideia de uma língua homogênea no Brasil dentro da realidade escolar e em sociedade; e desmistificar de que somente aqueles que possuem escolaridade detém o conhecimento. Para a construção deste trabalho, realizou-se pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos, composta de fontes teóricas que embasam a busca de respostas sobre o tema abordado e pesquisa quantitativa, através de formulário on-line. A partir das informações apuradas, pôde-se concluir que o Brasil é um país rico em diversidade cultural, com diversas variantes linguísticas, e que o poder aquisitivo não influencia em uma língua estar certa ou errada e nem dificulta a comunicação. Dessa forma, as pessoas que ainda possuem esse conceito contribuem grandemente para a constituição do preconceito linguístico em nosso país.

### Palavras-chave:

Mito. Língua única. Preconceito linguístico.

## ABSTRACT

Portuguese is the official language of Brazil. In each region of the country this language is spoken in a different way, with a different vocabulary and with the syntactic structure of each region. And much is still heard that knowledge is aimed at people with schooling. This paper aims to discuss the reflection of the idea of a homogeneous language in Brazil within the school reality and in society; and demystify that only those with schooling hold the knowledge. For the construction of this work, bibliographic research was carried out, based on books and scientific articles, composed of theoretical sources that support the search for answers on the topic addressed and quantitative research, through an online form. From the information gathered, it was possible to conclude that Brazil is a country rich in cultural diversity, with several linguistic variants, and that the purchasing power does not influence whether a language is right or wrong, nor does it hinder communication. Thus, people who still

have this concept contribute greatly to the constitution of linguistic prejudice in our country.

**Keywords:**

**Myth. Single language. Linguistic prejudice.**

## **1. Introdução**

A língua tem um papel de extrema importância na sociedade e na forma como as pessoas se relacionam. Desde os primórdios, na história do mundo, conseguimos analisar diversas manifestações da língua. A forma como se manifesta depende de diversos fatores como, por exemplo, quem é a pessoa que usa a língua, a região, o meio cultural em que aquela pessoa está inserida, idade, entre outros.

Os docentes – aqueles que são, por sua profissão, grandes contribuintes na formação de cidadãos conscientes – já possuem conhecimento necessário a respeito das variações linguísticas, dado o fato das inúmeras discussões a respeito do tema. No entanto, percebe-se que ainda não existe a promoção da diversidade e desmistificação da ideia dessa língua homogênea em sala de aula, tampouco em sociedade, visto que, em suma, o preconceito que exalta de forma negativa em nossa riquíssima cultura ainda prevalece e ecoa em proporção absurda.

No presente artigo abordamos questões linguísticas essenciais que nos possibilitaram chegar ao ponto central que motivou a realização desta pesquisa: o mito da língua única e o preconceito linguístico. Além disso, propôs-se expor o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada por estas autoras que ora escrevem, com o intuito de entender e analisar o reflexo da disseminação dessa ideia. A necessidade da realização desta pesquisa pode ser percebida além das amarras escolares, visto que a disseminação da ideia de uma língua única ultrapassa o muro das escolas e tem reflexo direto na vida do discente em sociedade.

A metodologia utilizada para a produção deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, que se deu através de livros e artigos pertinentes relacionados ao tema, alinhada à pesquisa quantitativa que possibilitou dados que nos auxiliaram na compreensão do impacto do mito da língua única em sociedade, a fim de que pudéssemos compreender de que modo a disseminação da ideia de uma língua única impacta as relações interpessoais. Entende-se por pesquisa quantitativa a pesquisa que busca compreender questões humanas de acordo com opiniões oriundas dos próprios indivíduos. Conforme Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa é

um modelo de pesquisa que se ampara sobre um problema humano ou social, é baseada em perguntas de uma teoria e composta por respostas transformadas em números que posteriormente serão analisadas de forma estatística, com o objetivo central de determinar se o que foi previsto na teoria é coerente ou não.

O objetivo principal é explicitar que a nossa sociedade e escola ainda reproduzem o preconceito linguístico, além, é claro, de propor uma reflexão a fim de minimizar a ideia de que somente aqueles que dominam a escrita (norma culta) são os que falam de forma correta. Assim, na primeira parte deste artigo, abordaremos a sociolinguística, de caráter extremamente importante para a relação entre os indivíduos e a forma como se comunicam, seguida das variações linguísticas e questões que permeiam o preconceito linguístico e contribuem para a sua prevalência.

## **2. *Sociolinguística***

A sociolinguística é a ciência que estuda a relação entre sociedade e língua e, como afirmam Santos, Santana e Santana (2015, p. 2). A sociolinguística tem como objeto de estudo a variação. Assim sendo, a mesma trabalha com a língua em seu sentido real, tendo como enfoque os fatores internos e externos da língua que provocam a variação implicando, dessa maneira, na mudança.

Nossa língua se apresenta de diversas formas que favorecem a interação entre os indivíduos; e, pela natureza plurilinguística do próprio ser humano, temos o hábito intrínseco de usarmos diferentes linguagens em diferentes ambientes. A sociolinguística é essencial para que seja disseminado o conhecimento sobre a realidade plurilinguística do Brasil.

Infelizmente, ainda hoje, a escola não consegue reconhecer a natureza de uma língua heterogênea, o que reflete diretamente na sociedade, tendo em vista que o seu papel é formar cidadãos conscientes com capacidade de reconhecer e respeitar as diferenças, sejam elas linguísticas ou não. Apesar da inserção da sociolinguística há mais de quarenta anos na educação (COAN; FREITAG, 2010, p. 6), atualmente ainda se ouve a respeito da ideia de uma língua única, informação que inclusive é muito disseminada no ambiente escolar e contribui grandemente para que seja visto como natural apontar diferenças linguísticas como erros até porque

[...] a tônica do preconceito linguístico está alicerçada nas entranhas da gramática normativa, logo, a ciência linguística busca uma diminuição nessa problemática, mas é perceptível grande resistência por parte dos profissionais de língua portuguesa, que encaram a normatividade gramatical como a perfeição da linguagem. (SANTOS; SANTANA; SANTANA, 2015, p. 6)

Portanto, é perceptível que a educação ainda tem dificuldade em assumir o quão diversificada é a nossa língua, mesmo que haja a consciência de que a oralidade não depende da gramática normativa para existir; esta não é necessária para a comunicação. Um exemplo disso é a língua pirarrã, uma língua indígena de um povo monolíngue que só foi ter sua gramática elaborada no ano de 1986. A oralidade é necessária para que exista uma gramática, no entanto, a ausência da escrita não altera e sequer dificulta a comunicação.

### 3. *Variação linguística*

Não existe nenhum estudo que explique como se deu o surgimento da língua, mas existem diversos estudos que comprovam as transformações que ocorrem nela com o passar do tempo. No entanto, apesar dessas transformações estarem sendo estudadas e constantemente colocadas em pauta, muito ainda se reproduz no Brasil a ideia de uma língua homogênea, o que torna necessário enfatizarmos as questões de cunho variacionista para que se possa realizar uma reflexão.

O Brasil é um país com um vasto território e repleto de miscigenação cultural, tendo, por estimativa do IBGE, neste ano de 2020, o número de 212.368.358 habitantes, sendo a sexta maior população mundial (IBGE, 2020). É preciso, antes de entrarmos de fato nas questões variacionistas, enfatizarmos o quão miscigenada é a população brasileira. Essa miscigenação se dá a partir da imigração e mistura de diversos povos, diversas raças, o que contribuiu e formou o povo brasileiro.

Além do fato de sermos um país formado pela imigração (tendo presentes em nossas raízes origens europeias, africanas, asiáticas), temos origem indígena. Há muitos dos povos indígenas com os quais não estabelecemos contato, por isso não se sabe ao certo quantos são, qual língua se fala, e por isso são conhecidos e denominados pela Funai como “índios isolados” (LUCIANO, 2006, p. 53). No entanto, ainda no que tange a população indígena que vive em contato com outros povos e estes “ín-

dios isolados” presentes no Brasil, temos, por registro da Funasa a presença de 180 línguas divididas por 35 grupos linguísticos.

Os dados da FUNASA são importantes no que se refere às informações sobre as populações indígenas que vivem nas terras indígenas. Segundo dados do Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena/ SIA-SI/FUNASA, o contingente populacional habitante das terras indígenas reconhecidas pelo governo brasileiro e cadastrado pelo Sistema é de 374.123 índios, distribuídos em 3.225 aldeias, pertencentes a 291 etnias e falantes de 180 línguas divididas por 35 grupos linguísticos (FUNASA, Relatório DESAI, 2002:3). Dos 374.123 indígenas atendidos pela FUNASA, 192.773 são homens e 181.350 são mulheres. (LUCIANO, 2006, p 30)

A presença dessa miscigenação torna totalmente explicável as variações da língua. Como podemos perceber acima, nosso país é plurilíngue, e esse plurilinguíssimo tem grande contribuição para que ocorram as variações ao longo do tempo, visto que a língua é viva, ela não segue um curso perfeito e sem desvios. Ela se transforma e vem sofrendo diversas transformações ao longo do tempo, inclusive ela tende a se transformar de maneira muito mais veloz que a gramática.

Sabendo que existe essa imensa diversidade cultural e principalmente linguística, como é possível se estabelecer uma “norma culta” de uma língua falada? Quais seriam os parâmetros para se estabelecer o que é certo ou errado numa língua falada? As variações existem e precisam ser respeitadas.

Afirmam Andrade, Santana e Ribeiro (2012, p. 5): “A ortografia oficial é necessária, mas não se pode ensiná-la tentando criar uma língua falada ‘artificial’ e reprovando como ‘erradas’ as pronúncias resultantes das forças internas que governam os idiomas.”. Nesse sentido, Camacho acrescenta que toda língua varia, isto é, não existe comunidade linguística alguma em que todos falem do mesmo modo, uma vez que a variação é o reflexo de diferenças sociais, como origem geográfica e classe social, e de circunstâncias da comunicação. Com efeito, um dos princípios mais evidentes desenvolvidos pela linguística é que a organização estrutural de uma língua (os sons, a gramática, o léxico) não está rigorosamente associada com homogeneidade; pelo contrário, a variação é uma característica inerente das línguas naturais. (*Id.*, *ibid.*, p. 35).

Todo o contexto populacional influi diretamente nas questões varacionistas, mas é necessário falarmos sobre os quatro tipos presentes em nossa língua para sintetizarmos e melhor compreendermos o que de fato são as variações. A primeira variação é a variação histórica (diacrô-

nicas). É necessário compreendermos que a língua portuguesa, como falada anteriormente, é viva. Ela se encontra em constante movimento (SANTOS; SANTANA; SANTANA, 2015, p.7).

A partir dessa concepção, conseguimos entender que a variação histórica é aquela que é percebida através da mudança ocorrida ao longo do tempo. Nós a notamos nas palavras que deixaram de ser utilizadas com o tempo, por exemplo. E em sequência aos tipos de variação, é de extrema importância falarmos a respeito das variações regionais (diatópicas), que são aquelas que ocorrem de acordo com o local em que vivem os falantes. Estas ocorrem porque cada povo tem o seu costume, seus hábitos, sua maneira de se portar e falar, o que contribui para que seja estabelecida uma nova estrutura linguística. Um exemplo de variação diatópica é, por exemplo, quando um falante se refere a um objeto de uma forma que em outros locais não ocorre.

Além disso, também conseguimos observar em nossa língua a presença das variações sociais (diastráticas) e estilísticas (diafásicas), que ocorrem em virtude da convivência em um determinado grupo social como, por exemplo, o uso de gírias e, respectivamente, que dependem do contexto, da ocasião, como, por exemplo, a forma como o usuário se porta numa entrevista de trabalho e a forma como se porta em um encontro com seus amigos.

Explica Camacho em um trecho de sua escrita:

Já que, conforme vimos, é possível identificar as características sociais de um falante desconhecido com base em seu modo de falar, podemos facilmente concluir que toda língua comporta variedades: (a) em função da identidade social do emissor; (b) em função da identidade social do receptor; (c) em função das condições sociais de produção discursiva (CAMACHO, 2004, p. 39-40).

Essas variações constituem o português não padrão. Elas não influem nem prejudicam a comunicação. No entanto, infelizmente, ainda nos dias atuais, apesar dos diversos estudos a respeito das variações linguísticas e dos diversos avanços, o fato dessas variações não serem retratadas e exemplificadas em sala de aula contribui para a reprodução errônea de que somente aqueles que dominam a “norma culta”, o português-padrão, falam corretamente. (COAN; FREITAG, 2010, p. 1)

Ainda existe a dificuldade por parte dos docentes, mesmo com todo o suporte necessário para compreensão, em reconhecer e respeitar as variações da língua e o fato de que estas não são erros de português, tendo em vista que não existe um *script*, um dicionário que estabeleça

um parâmetro para uma língua falada. O respeito não é o que prevalece. As pessoas até já ouviram falar a respeito de variação linguística, mas o senso comum de que o falante precisa seguir uma norma para que sua fala não seja invalidada e vista como um erro de português é o que “fala mais alto”.

É possível observar que,

[...] em geral, indivíduos de baixa escolarização e que exercem atividades produtivas que não exigem senão habilidades manuais tendem a ser menos estimulados quanto à capacidade de operar com regras variáveis. (CAMACHO, 2004, p. 43)

Na verdade,

Impor com exclusividade a variedade-padrão, misturar uma pitada de intolerância para com a variedade não-padrão, que as crianças de classes desfavorecidas dominam, são os ingredientes de uma receita infalível que pode provocar o desenvolvimento de um forte sentimento de insegurança linguística. Para as crianças economicamente favorecidas, o mal é certamente menor, pois, desde a primeira infância, acham-se mais familiarizadas com a variedade-padrão; assim, o modelo escolar é uma extensão do processo de socialização iniciado pelos pais e pelo meio social em geral. Nesse aspecto, as camadas marginalizadas nadam contra a maré. A modalidade de cultura que a escola desenvolve afina-se mais com a das classes dominantes. O problema é maior quando tal modalidade se impõe no ensino como referencial exclusivo a que outras formas de experiência cultural acabam por submeter-se. (CAMACHO, 2004, p. 48)

#### **4. O estudo variacionista de Labov**

Conhecido como o “pai da teoria da variação”, William Labov é o fundador da sociolinguística variacionista e tem como uma das suas principais ideias a relação da linguagem ser social. Labov acredita que a língua muda de acordo com a sociedade e com isso seria preciso olhar a sociedade para compreender as mudanças da língua. A metodologia utilizada por Labov em suas pesquisas consistia basicamente em um estudo baseado na experiência e observação das comunidades, tendo em vista que “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008, p. 21).

A pesquisa de Labov começa inicialmente através de sua observação na mudança sonora/vocal na ilha de Martha’s Vineyard, no estado americano de Massachusetts. O intuito de Labov era relacionar o padrão linguístico com as diferenças na estrutura social da ilha de Martha’s

(LABOV, 2008, p. 19). Ele utiliza disso para poder explicar o fato de língua e sociedade estarem ligadas. De maneira intrínseca, ao estudar as mudanças sonoras na ilha de Martha's, Labov busca entender a influência dos fatores sociais em toda a questão linguística e processo de formação da língua.

Labov tece sua dissertação de mestrado em cima do estudo realizado na ilha e, a partir disso, ele nota que as complexidades vão muito além; é uma questão social e também geográfica. Ao encerrar os estudos na ilha de Martha's, Labov nota algumas limitações em alcançar seu objetivo e, posteriormente, dá início à tese de seu doutorado analisando as mesmas questões, porém na cidade de Nova Iorque. Labov conclui que seu estudo na cidade de Nova Iorque. Mesmo utilizando a mesma abordagem, aqui é mais completo e lhe possibilita compreender melhor as questões de mudanças linguísticas.

É preciso compreender que os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista de Labov desencadearam propostas de ensino assim assentadas:

i) na correlação entre língua e sociedade; ii) na análise linguística de regras variáveis condicionadas por fatores linguísticos e extralinguísticos; e iii) na minimização de preconceitos vigentes na sociedade. Insistindo na correlação entre língua e sociedade, William Labov crê que o novo modo de fazer linguística é estudar empiricamente as comunidades de fala. Os estudos empíricos possibilitaram o conhecimento e a sistematização de usos, permitindo propostas de ensino que visem à ampliação da competência linguística do aluno à medida que se ampliam os papéis sociais e as redes sociais. (COAN; FREITAG, 2010, p. 174)

Com isso, conseguimos perceber que o estudo variacionista de Labov nos traz, com muita clareza, explicações pertinentes a respeito das variações da língua em sociedade. Felizmente, com o passar do tempo, a ideia disseminada por Labov a respeito de que, no Brasil, falamos a mesma língua, porém de formas diferentes e em localidades distintas, por estarmos em “mundos” diferentes, vem sendo colocada cada vez mais em pauta, propondo reflexões e contribuindo para uma língua e sociedade menos rígida e estereotipada.

## 5. *O mito da língua única*

A construção do mito da língua única parte de um longo processo social que tem início nos ambientes escolares e vem sendo reproduzido e perpetuado em nossa sociedade. Essa ideia de uma língua puramente



homogênea está diretamente ligada às variações linguísticas, que por vezes são vistas de maneira controversa, resultado de um ensino desatualizado e por vezes preconceituoso, pois os discentes aprendem que no Brasil existe somente o português-padrão e que somente este é o correto.

Nosso país é de uma riqueza cultural e linguística imensurável, um exemplo disto é a quantidade de línguas e grupos linguísticos indígenas falados ainda hoje; também é válido ressaltar os milhares de imigrantes que hoje residem no Brasil e falam seu próprio idioma dentro de suas comunidades e famílias. Além disso, temos o português não padrão, que infelizmente ainda é visto e apontado como sendo um erro quando na realidade se trata de uma variação do português.

As exemplificações trazidas acima explicitam que a existência de uma língua homogênea é um mito, pois – como abordado anteriormente no presente artigo – a língua é viva e está em constante mudança, evolução e adaptação; o português não padrão é um exemplo disso. Com efeito,

esse mito acaba causando um enorme prejuízo à educação, pois, acreditando na ideia de unidade linguística no Brasil, sem reconhecer a múltipla diversidade de português falado em todo o território, a escola impõe o ensino do “certo” a todos, sem se preocupar com qualquer contexto do âmbito social, econômico e/ou geográfico. Diante desse fato, a população que não fala de acordo com esse padrão, que usa o português não padrão, pode ser chamado de um povo sem-fala. Sendo os alvos de diferentes tipos de preconceito linguístico. (BAGNO, 2007, p. 15)

No entanto, mesmo que as questões de variação tenham estado cada vez mais em evidência, infelizmente, no que tange a necessidade de se tornar obrigatório abordar nas escolas a heterogeneidade da língua, ainda é necessário demandar ao Estado, visto que a reprodução do mito da língua única não cessou e sequer diminuiu.

É necessário posicionamento por parte do poder público para que não mais seja disseminada no âmbito escolar a vertente do português ser uma língua estática e sem variações, o que acontece mesmo com todo o conhecimento teórico-científico. É preciso interromper o ciclo vicioso de se ensinar desde o início da vida escolar que somente o português-padrão é correto; esse ciclo contribui para que posteriormente o domínio desta norma se torne sinônimo de uma pessoa culta e superior àqueles que não a dominam.

No Brasil, portanto, não se fala “uma só língua portuguesa”. Fala-se um certo número de variedades de português, das quais algumas chegaram ao posto de norma-padrão por motivos que não são de ordem linguística, mas histórica, econômica, social e cultural.

[...] Existe, portanto, um português-padrão, que é essa norma oficial, usada na literatura, nos meios de comunicação, nas leis e decretos do governo, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas, definida nos dicionários. (BAGNO, 2006, p. 30)

O mito perpetua, pois os falantes do português não padrão são majoritariamente pessoas humildes, de classes sociais inferiores, cujo acesso à educação costuma ser dificultado ou inferior, o que contribui grandemente para a disseminação e permanência do preconceito linguístico.

## **6. *Preconceito linguístico***

O preconceito linguístico, segundo Marcos Bagno (2007), é o pré-julgamento que efetuamos a uma pessoa através da sua fala e/ou de sua escrita, discriminando-a social, geográfica e economicamente. E todo esse julgamento é feito com base na “norma-culta”, que é empregada na escola. E o que acontece é que, diferentemente dos demais preconceitos que existem em nossa sociedade atual, quando se refere ao preconceito linguístico, não há uma manifestação de repúdio e irradiação; pelo contrário, é perpetuado ainda mais através de “programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é ‘certo’ e o que é ‘errado’.” (2007, p. 13).

Porém, o pior do preconceito linguístico não é sua demanda avassaladora no meio social, mas sim sua iniciação nos primeiros anos de vida de uma criança que, ao entrar na escola, se depara com normas ortográficas, livros didáticos e gramaticais. Nesse momento, ela aprende que sua língua materna é errada e que aqueles que falem diferente daquilo que lhe está sendo ensinado também estão errados. Diante disso, Santos, Santana e Santana (2015, p. 12) deixam claro que o pecado cometido pela escola é querer modificar traços tão pessoais da criança, pois, através desse meio de ensino, a criança não conseguirá perceber os vários tipos de linguagem, discriminando, assim, a pessoa que não utiliza o mesmo vocabulário que o seu e, exatamente assim, se instaura o preconceito linguístico.

Com isso, pode-se dizer que a escola é o primeiro perpetuador do preconceito linguístico, visto que, ao invés de ensinar a língua com suas diversas formas e variáveis, dá ênfase àquilo que deveria seguir de acordo com ela, a gramática. De acordo com Andrade, Santana e Ribeiro (2012), “a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. Porém, a gramática passou a ser um instrumento de poder e controle; e a língua passou a ser subordinada e dependente da gramática.” (Ibidem, p. 5). Marcos Bagno complementa ao dizer que

[...] o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. (BAGNO, 2007, p. 9)

O preconceito linguístico, apesar do nome, vai muito além do que diz respeito apenas à linguagem e escrita de determinada pessoa, segue também uma linha social. A própria nomenclatura da “norma-culta” deixa clara essa diferença: aqueles que a dominam são os cultos, os prestigiados da sociedade, e os demais são os populares, classe inferior (OLIVEIRA, 2017, p. 17).

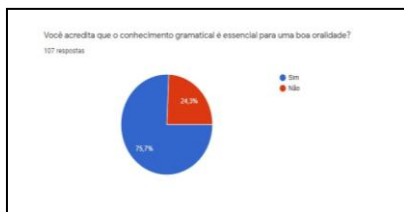
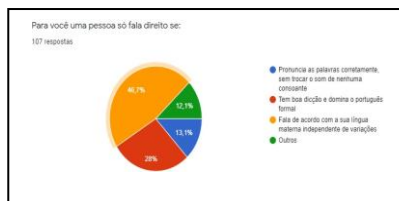
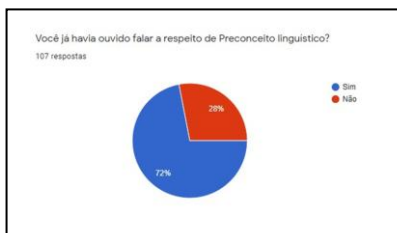
A reprodução desse preconceito se agrava diante de diferentes mitos que Marcos Bagno explicita muito bem em seu livro: “Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.” (2007). O autor evidencia também, já numa questão social, em “A língua de Eulália: novela sociolinguística” (2006), onde explica as diferentes variações linguísticas e de que modo elas ocorreram. Portanto, é necessário compreendermos e analisarmos como as variedades linguísticas se manifestam e desmistificar os mitos como forma de combate ao preconceito linguístico.

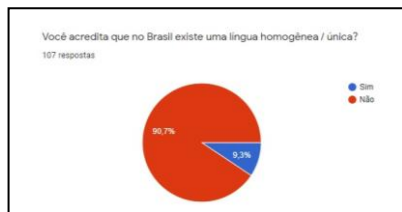
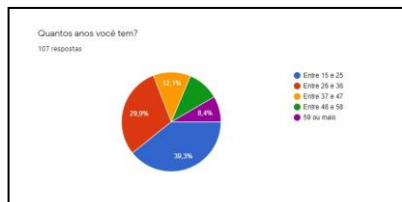
## **7. Pesquisa**

Para uma melhor compreensão dos fatos apresentados, este trabalho teve como suporte uma pesquisa de cunho quantitativo, realizada através da plataforma do Google Forms, cujo objetivo foi compreender o impacto da disseminação da ideia de uma língua única e suas contribuições para a perpetuação do preconceito linguístico.

Sua realização se deu entre os dias 15 de outubro e 03 de novembro do ano de 2020. Foram obtidas 107 respostas, a maioria de jovens entre 15 e 25 anos – 39,3 %, que evidenciaram as contradições dos participantes sobre o tema abordado. Em sua estrutura, a pesquisa constou

com 17 perguntas de multiplica escolha, das quais escolhemos algumas para apresentar abaixo:





Diante do que foi apresentado, é possível explicitar a contradição nas respostas, visto que 72% dos entrevistados já ouviram falar sobre o preconceito linguístico e mesmo assim, 75,7% acreditam que, para uma boa oralidade, é preciso conhecimento gramatical.

## 8. Considerações finais

A partir do desenvolvimento do presente artigo, nota-se que a naturalização de uma língua homogênea em sala de aula tem reflexo direto com a reprodução do preconceito linguístico em sociedade. Podemos perceber que o ambiente escolar é de caráter importantíssimo para desmistificar essa ideia, visto que através do estudo da gramática e a imposição de uma língua falada o mais próximo do que é escrito contribui de forma significativa para que esse mito se perpetue. É necessário compreender que “é hora de a escola desvincular-se dos interesses sociais e políticos das classes dominantes para dar lugar à política das diferenças” (SOBROZA, 2007, p. 5).

Tendo em vista que se posicionar na contramão de ideias errôneas e preconceituosas no que tange às variações linguísticas no âmbito escolar e em sociedade não diz respeito somente a uma questão de ponto de vista, trata-se de uma atitude que respeita e dá voz aos direitos linguísticos.

Assinado em 1996, por um grupo de escritores, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos aponta especificidades sobre o tema. Dentre as disposições do documento, o artigo 3º, parágrafos 1 e 2, estabelecem:

[...] o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome; o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem; o direito a manter e desenvolver a própria cultura; [...] o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas (PEN, 1996. p. 5).

Através do embasamento teórico e quantitativo, conclui-se que a maioria das pessoas até já ouviu a respeito de variação linguística e preconceito linguístico, mas o ouvir falar não foi suficiente para cessar a reprodução de algo que além de errado fere e constrange aqueles que são os alvos.

Por esta razão, se faz necessário que o poder público invista na capacitação docente no que tange às variações linguísticas e se atente ao sistema educacional, para que não mais sejam disseminadas ideias preconceituosas e, por consequência, reproduzidas em sociedade.

Logo, faz-se necessário que nós, enquanto cidadãos, nos posicionemos de forma que contribua para a não perpetuação e encerramento do ciclo vicioso do preconceito linguístico, contribuindo para um país cuja diversidade cultural e linguística é respeitada e vista como uma riqueza, promovendo um Brasil igualitário, onde todos se sentem valorizados e confortáveis em suas particularidades, sem receio de simplesmente ser.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, GlíciaKelline Santos; SANTANA, Isabela Marília; RIBEIRO, Jaqueline Santos. O Preconceito Linguístico: discriminação social ou linguístico?. *VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*. São Cristóvão- SE, 20 a 22 de setembro de 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/4/10.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2020.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. Loyola: São Paulo, 2007.

CAMACHO, Roberto Gomes; CECCANTINI, JLCT; PEREIRA, R. F. Norma culta e variedades linguísticas. *Caderno de formação: formação de professores didática geral*, v. 11, p. 34-49, 2004.

COAN, Márluce; FREITAG, Raquel Meisterko. Sociolinguística varia-cionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios de Lingu@gem*, v. 4, n. 2, 2º sem. 2010.

IBGE. Projeção da População. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box\\_popclock.php](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php). Acesso em 28 de novembro de 2020.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Metodologia da pesquisa em Educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

OLIVEIRA, Rafaela Monteiro de. *Preconceito Linguístico: a discriminação linguística no ambiente virtual*. Universidade de Brasília - UnB: Brasília, 2017.

PEN. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona, 1996. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf). Acesso em 28 de novembro de 2020.

SANTOS, Samuel; SANTANA, Joice Lima; SANTANA, André Luiz Ferreira. *A variação linguística e o preconceito linguístico no âmbito escolar*. Disponível em: <[encurtador.com.br/fijRV](http://encurtador.com.br/fijRV)>. Acesso em: 04 nov. 2020.

SOBROZA, Lidiane Schlotefeldt. Escola x Língua Padrão, Ideologia e Preconceito Linguístico. *Linguagens & Cidadania*, v. 9, n. 1, jan./jun., 2007. Disponível em: <[encurtador.com.br/ouKO2](http://encurtador.com.br/ouKO2)>. Acesso em: 27 nov. 2020.